



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2024 a 31/03/2024

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/1

30.2024	Sessão Ordinária - CD	19/03/2024-15:00
Publ.: DCD - 20/03/2024	Alice Portugal-PCdoB -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

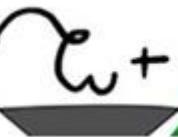
A Deputada expressou preocupação em relação ao Projeto de Lei nº 5.230, de 2023, conhecido como a reforma do ensino básico. Ela alertou os professores da rede pública sobre os impactos negativos que essa reforma pode trazer, destacando que a proposta do Relator, Deputado Mendonça Filho, prevê uma carga horária inferior à necessária para uma formação adequada. Além disso, criticou a tentativa de inserir elementos da reforma administrativa dentro da reforma do ensino médio, argumentando que permitir a entrada de pessoas sem formação adequada para lecionar nas escolas não é aceitável. A Parlamentar convocou os professores para se mobilizarem contra o relatório proposto e defenderem uma abordagem mais alinhada com os interesses dos trabalhadores da educação no Brasil.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, está prevista para hoje a votação do Projeto de Lei nº 5.230, de 2023, que é conhecido como o projeto da reforma do ensino básico.

A educação brasileira está em expectativa. Eu quero alertar aos professores da rede pública dos Estados e dos Municípios que esta reforma, na verdade, acabará concluindo o desastre do ensino médio iniciado aqui neste plenário por um projeto do Governo Temer, cujo Relator era exatamente o mesmo Relator de hoje, um Deputado de bom trato, mas que infelizmente aderiu a propostas que estão absolutamente na contramão do escopo da educação pública.

O Deputado Mendonça Filho prevê no seu relatório uma carga horária que, na verdade, é a carga horária da formação geral básica: 2.100 horas. Já existe, do ponto de vista técnico e científico, a comprovação de que são necessárias, no mínimo, 2.400 horas para a formação geral básica. Por que diminuir a carga horária? Todos dizem que é necessário melhorar os indicadores e obter índices



adequados para a educação brasileira. A diminuição da carga horária gerará exatamente uma diminuição do processo de qualificação profissional, de qualificação para a vida.

O Relator propõe no projeto esta formação com uma carga de 2.100 horas. Nós estamos buscando fazer uma aproximação das 2.400 horas, mas não há flexão por parte dele.

Por outro lado, estamos diante de uma situação inusitada: a tentativa de imersão da reforma administrativa por dentro da reforma do ensino médio. A absorção do notório saber para o ensino técnico é uma janela para entrar na formação geral básica, pois o notório saber já é aceito na área da cultura.

A capoeira entra na escola, a dança popular entra na escola, mas a sala de aula é do professor licenciado, a sala de aula é de quem aprendeu a ensinar. Ora, é óbvio: com a justificativa do notório saber, alguém que sabe rudimentos de matemática ou de mecânica vai ensinar sem ter aprendido a ensinar e não vai ter piso, não vai ter carreira e será mais barato. Isso não é possível! Educação não é gasto, educação é investimento.

Então, eu chamo à mobilização os professores. Fiquem alerta. Conversem com as suas bancadas nos Estados para rejeitarem esse relatório e aprovarem o relatório do Governo, fruto de uma consulta pública. Sem dúvida, não é ainda o ideal, mas é o que se aproxima do projeto dos trabalhadores em educação em nosso País.

É isso, Sr. Presidente.

Todos estamos no aguardo da prisão do inelegível e insuportável que deixou o País nessas condições. Hoje estamos em luta para efetivar a reconstrução do Brasil.